

## SUMÁRIO

**Doutrina**

**André Felipe Batista dos Santos** - ISS sobre *leasing* e o entendimento do STJ no Recurso Especial nº 1.060.210/SC. Definição do município competente para a exigência do imposto

1. Introdução. 2. Aspecto espacial do ISS sobre *leasing*. 3. Revisão da jurisprudência do STJ. Breve análise do REsp nº 1.060.210/SC. Definição do município competente para a cobrança do ISS. 4. Conclusões.

7

**Arthur Pereira Muniz Barreto** - Tratamento tributário dos contratos de compartilhamento de custos e despesas e a Solução de Divergência nº 23, de 2013

1. Introdução. 2. Dedutibilidade das despesas incorridas em função do contrato de compartilhamento. 3. Tributação dos pagamentos feitos à empresa centralizadora a título de reembolso de despesas. 4. Conclusões.

17

**Cláudio Tessari** - A Lei nº 12.546/2011, suas alterações, e a possibilidade jurídica das empresas questionarem a mudança da base de cálculo da contribuição previdenciária quando, ao invés de uma desoneração, houver um aumento da carga tributária, recentes decisões judiciais

1. Introdução. 2. As mudanças propostas pela Lei nº 12.546/2011, realmente, fomentam a recuperação de alguns setores empresariais, a implantação e a modernização das empresas e a redução do custo de produção? 3. Das ilegalidades e inconstitucionalidades. 4. Das recentes decisões judiciais a propósito. 5. Conclusão.

29

**David Gonçalves de Andrade Silva e Eduardo Arrieiro Elias** - Efeitos societários, fiscais e contábeis da extinção da reserva de reavaliação de bens pela Lei 11.638/2007, da criação do grupo "ajuste de avaliação patrimonial" e da utilização do custo atribuído (*deemed cost*)

1. A conta de ajuste de avaliação patrimonial e sua natureza. 2. O capital social. Princípios societários e regras aplicáveis ao aumento. Impossibilidade legal de capitalização do saldo da conta de ajustes de avaliação patrimonial. 3. Opção pelo custo atribuído (*deemed cost*). Impactos fiscais da eventual "capitalização" do saldo da conta de ajustes de avaliação patrimonial. A Medida Provisória 627/2013, de 12 de novembro de 2013. 4. Conclusão.

40

**Eduardo Maneira e Daniel Serra Lima** - Participação nos lucros e resultados: requisitos para a não incidência da contribuição previdenciária na visão do Carf

1. Introdução. 2. Natureza da exoneração das contribuições previdenciárias sobre a PLR: não incidência natural, imunidade ou isenção? 3. Os requisitos legais para o pagamento da PLR. 4. O restritivo entendimento da RFB e da PGFN e a recente jurisprudência do Carf. 5. Conclusão.

51

**Emmanuel Garcia Abrantes** - Os efeitos fiscais da mudança no critério de avaliação de investimentos (um paralelo contábil/fiscal em contextualização com o RTT)

1. Histórico legislativo. 2. Abrangência e vigência do RTT. 3. Critérios de avaliação de investimento. 4. Reconhecimento do investimento. 5. Mudança no critério de avaliação do investimento. 6. Conclusão.

66

**Fabício Costa Resende de Campos** - Prazos prescricional e decadencial no procedimento de compensação tributária no âmbito federal

1. Introdução. 2. Breves considerações e histórico sobre o instituto da compensação no âmbito dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. 3. Aspectos formais da compensação: DCTF, Pedido de Compensação e Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração da Compensação - PER/DCOMP. 4. Compensação: prescrição e decadência. 5. Conclusão.

81

- Hélcio Lafetá Reis* - A autonomia relativa da obrigação tributária acessória em relação à obrigação tributária principal  
1. O conceito de obrigação. 2. A obrigação tributária acessória. 3. A fonte normativa da obrigação tributária acessória. 4. Penalidades por descumprimento da obrigação acessória. 5. As obrigações acessórias nas hipóteses de imunidade e isenção. 6. Conclusões. 92
- Ives Gandra da Silva Martins* - Duas Reflexões sobre PIS-Cofins 105
- Marcelo Fróes Del Fiorentino* - Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012: considerações a respeito da natureza jurídica e dos limites formais  
I - Introdução. II - Delimitação da natureza jurídica da Resolução do Senado Federal nº 13/2012. III - Discussão quanto aos limites formais da Resolução do Senado Federal nº 13/2012. 110
- Marcelo Hugo de Oliveira Campos* - Os efeitos das decisões do STF em matéria tributária e os argumentos consequencialistas: o perigo da legitimação de uma constitucionalidade inútil  
1. Introdução. 2. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. 3. Argumentos consequencialistas. 4. Breve análise de casos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 5. Os efeitos das decisões do STF em matéria tributária, os argumentos consequencialistas, a legitimação de uma constitucionalidade inútil e o possível retorno ao manicômio tributário. 6. Conclusão. 121
- Ramon Tomazela Santos* - A autonomia do Direito Tributário e os conceitos de Direito privado: a incidência do IOF/Crédito sobre os contratos de mútuo de recursos financeiros  
1. Introdução. 2. Aspectos gerais relativos ao IOF/Crédito. 3. Autonomia conceitual ou direito de superposição? 4. As hipóteses de incidência do IOF/Crédito. 5. Exemplo prático da relevância da discussão - a distinção entre o contrato de mútuo e o contrato de corrente. 6. Conclusão. 132
- Parecer**  
*Sacha Calmon Navarro Coelho, Misabel Abreu Machado Derzi e Eduardo Junqueira Coelho* - Atividade de incorporação imobiliária. ITBI e ISS: análise da incidência sobre contratos de promessa de compra e venda, contrato de permuta e aquisição do terreno com projeto de construção aprovado. A base de cálculo do ITBI no contrato de incorporação a preço de custo  
1. Exposição e consulta. 2. Das premissas. 3. Análise da incidência do ITBI e do ISS sobre os fatos realizados na atividade imobiliária. 4. Resposta aos quesitos. 150